



Mensagem nº 23

Processo nº 23134

Proponente: Poder Executivo Municipal

Regime de Tramitação Urgente

Data de conclusão à Procuradoria: 29/03/2022

RELATÓRIO

Trata-se de mensagem de origem do Poder Executivo Municipal cujo mérito solicita aprovação de Projeto de Lei que *“Autoriza abertura de crédito especial de R\$ 804.424,50 (oitocentos e quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos) criando rubrica no Orçamento de 2022 na Secretaria Municipal de Educação”*. O processo tramita exclusivamente em formato digital, constam dos autos eletrônicos os seguintes documentos em anexo.

- ID 37003 (pdf, 4 páginas);
- ID 37004 (pdf, 2 páginas);
- ID 37005 (pdf, 2 páginas);
- ID 37006 (pdf, 2 páginas);
- ID 37007 (pdf, 4 páginas);
- ID 37008 (pdf, 3 páginas);
- ID 37037 (página única).

PARECER

Primeiramente, no que diz respeito à iniciativa para deflagrar o processo legislativo acerca da matéria, a mesma é exclusiva do Chefe do Executivo, conforme disposto pela Lei Orgânica Municipal:

Art. 55. Compete, privativamente ao Prefeito, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre:
(...)
IV – Proposições que geram despesas ou comprometam receitas do Município.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

A competência da Câmara de Vereadores para a deliberação sobre esse tema é abordada no âmbito da Lei Orgânica Municipal da seguinte maneira:

Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:

(...)

II - abertura de créditos especiais, suplementares e extraordinários;

Quanto aos requisitos para a espécie proposta, estes são disciplinados pela Constituição Federal, in verbis:

Art. 167. São vedados:

(...)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Ou seja, no que diz respeito à abertura de créditos especiais ou suplementares no bojo do orçamento, para que o Poder executivo o faça, são necessários: (a) autorização legislativa, e (b) indicação dos recursos correspondentes.

Ao quanto se apresenta no teor do projeto em análise, a autorização legislativa é o mérito da proposição, e no que se refere aos recursos, aqueles que servirão para cobrir as despesas geradas pelo art. 1º do projeto são indicados por ocasião do art. 2º, que indica verbas



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

oriundas de repasses federais comprovadas pelos documentos anexos à proposição (ID 37004, ID 37005 e ID 37006). Desta forma, verifica-se o atendimento aos requisitos formais/constitucionais da matéria “crédito especial”, sejam eles: autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes.

Por fim, acerca do procedimento legislativo, registramos que a deliberação pelo plenário da nobre Casa Legislativa deve ser precedida da manifestação das seguintes comissões permanentes:

a) **LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**, por ser condição de tramitação do processo legislativo para todas as proposições em geral:

Art. 76- Compete à Comissão de Legislação e Justiça manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional, redacional e legal e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.

§ 1º- Salvo expressa disposição em contrário deste Regimento, é obrigatória a audiência da Comissão de Legislação e Justiça em todos os projetos de lei e determinadas matérias que tramitarem pela Câmara.

b) **FINANÇAS E ORÇAMENTO**, por competência específica, eis que a proposição envolve matéria orçamentária:

Art. 77- Compete à Comissão de Finanças e Orçamento opinar obrigatoriamente sobre



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

todas as matérias de caráter financeiro, e especialmente quando for o caso de:

(...)

IV - proposições referentes a matérias tributárias; abertura de créditos; empréstimos públicos e as que, **direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município**, acarretem responsabilidades ao Erário Municipal ou interessem ao crédito e ao Patrimônio Público Municipal;

c) SERVIÇOS URBANOS, HABITAÇÃO E SEGURANÇA, por competência específica, eis que a abertura de crédito se refere a serviços de transporte:

Art. 78- Compete à Comissão de Serviços Urbanos, Habitação e Segurança opinar nas matérias referentes a quaisquer obras públicas, empreendimentos, habitação, segurança e execução de serviços públicos locais e ligados às atividades produtivas em geral, oficiais ou particulares, **sobre trânsito e transporte** e comunicação em geral e, especialmente, sobre o Plano de Desenvolvimento do Município e suas alterações.

d) EDUCAÇÃO E CULTURA, por competência específica, pois os veículos de transporte coletivo que são o objetivo finalístico da abertura de crédito especial se destinam ao transporte escolar:

Art. 79- O assuntos relativos à Educação , Saúde e Ação Social e Meio Ambiente são



atribuídos às Comissões relacionadas neste
Artigo:
(...)

§ 1º- À Comissão de Educação e Cultura compete manifestar-se em **todos os projetos e matérias que versem sobre assuntos educacionais**, artísticos, inclusive patrimônio histórico e turístico;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com os fundamentos normativos apresentados acima, encaminhamos o expediente ao prosseguimento **opinando pela viabilidade da tramitação**. O presente parecer, como de ordem destacamos, *tem natureza opinativa e não vincula a decisão das comissões*. À conclusão superior, e com aprovação, encaminhem-se os autos à DIRETORIA LEGISLATIVA para as devidas diligências.

Parecer exarado em 30 de março de 2022

Pablo José Camboim de Souza
OAB/RS 50.493
Matrícula 881

João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257